



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE

PRESIDENTE: PAULO FRANGE

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

TEMA: PROJETO DO PARQUE LINEAR NEBULOSAS

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 15 de junho de 2011

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Bom dia senhoras e senhores. Estão abertos os trabalhos da 13ª audiência pública da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente.

Informo que esta reunião está sendo transmitida através do Portal da Câmara Municipal de São Paulo no endereço www.camara.sp.gov.br, link TV Câmara e Auditórios On-Line.

Trata-se da primeira discussão do Projeto do Parque Linear Nebulosas.

Convido para fazer parte da Mesa os Srs: Helena Maria Campos Magozo, da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente; Edimilson Peres Castilho, Coordenador de Projetos da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente.

As pessoas que desejarem se manifestar façam suas inscrições com o nosso companheiro de trabalho que os chamarei tão logo sejam ouvidos os representantes do Município.

Faremos com que esse trabalho seja bem dinâmico, até porque é um assunto que temos muito interesse em compreender. Há também representantes da comunidade que gostariam também de se manifestar.

A ideia inicial é ouvir a Sra. Helena que faria uma apresentação sobre a situação do Parque Linear como está e o tempo para que tudo isso aconteça. Depois o Coordenador de Projetos poderá também falar de forma sucinta para, não somente nós, mas os que estão nos assistindo podermos compreender e nos situar. Esse parque fica na região de São Mateus.

Tem a palavra a Sra. Helena Maria Campos Magozo.

A SRA. HELENA MARIA CAMPOS MAGOZO – Sr. Vereador, na verdade, o Edimilson preparou uma apresentação que contempla uma contextualização dos parques da zona Leste, dos parques que são dependentes de compensação, a situação de viabilidade dos parques em geral, todos os projetos de parque na região e também o planejamento dos parques a serem apoiados pelos créditos de carbono. Como sabemos, os créditos oriundos do

Aterro São João são destinados às Subprefeituras de São Mateus e Cidade Tiradentes. Então, isso também tem na apresentação. Pergunto se interessa essa contextualização para depois chegarmos ao projeto do parque.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Interessa, Helena. Fizemos algumas visitas, inclusive, ontem estive na região da Pedra Branca que fica na divisa de Itaquera com Tiradentes.

Fiquei impressionado com o que ainda temos de verde e será destruído com certeza. Estive em um terreno de 150.000m² com mata nativa, propriedade particular da Santa Casa de São Paulo que já foi adquirido. Está na mão da iniciativa privada e o resto, remanescente da Mata Atlântica vizinha a essa região e outras áreas que vimos em sobrevoos que realizamos naqueles espaços.

O que nos preocupa é o tempo que estamos demorando para assumir esses espaços. Ontem mesmo vi muita área em que já passaram máquinas, pequenos e médios tratores fazendo picaras por dentro das matas. Ao longo dessas picaras já vão colocando casinhas. Embaixo, no buraco, há uma senhora que está grávida. O fato de estar grávida necessita de alguém lá pelo Programa Saúde da Família e veículos que começam a entrar.

Enfim, de alguns meses para cá já vimos a degradação caminhando e a nossa preocupação é exatamente como está e o tempo.

R – Está certo. Então, a Secretaria tem um olhar muito atento sobre essa região que a gente vai tentar demonstrar. Não esgotamos todas as áreas, talvez essa área não esteja contemplada, mas dentro do planejamento da Secretaria como é que está sendo vista a questão da política de área verde para essa região como um todo e, especificamente, para o Parque das Nebulosas.

O SR. EDIMILSON PERES CASTILHO - Bom dia a todos. Esta é uma fotografia do Google para caracterizarmos o que na verdade a Secretaria tem feito, e as 10 Subprefeituras da zona Leste.

Na Coordenação onde trabalho, Depave 1, temos atuado nessas Subprefeituras, e com muito mais atenção na Subprefeitura de São Mateus, que ainda hoje contém grandes áreas livres. E o posicionamento da Secretaria é tentar preservar essas áreas, desapropriando grandes áreas arbóreas dessa área que ainda está em adensamento, principalmente parte de Itaquera e essa região de São Mateus.

Como os senhores podem ver aqui, esta área vegetada que ainda existe é bastante importante na questão de nascentes dos córregos importantes da zona Leste.

Esta é a rede hidrográfica, muito importante, com a grande bacia do rio Tietê e a bacia do rio Aricanduva. Esses córregos todos aqui em São Mateus são a prioridade da Secretaria para preservação de grande parte dessas nascentes, uma delas inclusive de um córrego importante, o Caguaçu, encontra-se dentro do Parque Nebulosas.

Estamos mostrando isso para demonstrar a quantidade de recursos da rede hídrica e sua potencialidade para a implantação dos parques lineares.

Esses são os parques da zona Leste que estão em fase de implantação. Os senhores podem observar aqui vários córregos afluentes do rio Tietê na região do Itaim Paulista. Aqui o parque linear Água Vermelha, o linear Itaim, e ainda outros que estão em planejamento, mas que dependem de remoções de moradias irregulares das áreas.

Esta é uma foto do registro da temperatura em determinada água do ano passado, para observar como diminui a temperatura e a incidência de calor nessas áreas ainda não ocupadas, principalmente a região do Parque do Carmo. Por isso a nossa perspectiva de tentar segurar o máximo de vegetação nessa área, visto que na atual conjuntura é difícil termos recursos para fazer grandes desapropriações e alocação desses moradores.

Esse é o Parque do Rodeio, em Cidade Tiradentes, um parque muito grande como os senhores podem ver pela escala da área. Esse aqui é um grande parque também que preserva todas as nascentes do Aricanduva.

Esses são os parques que estão em planejamento ou já em obras ou fase de

desapropriação. Essa área aqui é o Aterro São João. Essa foi a área de expansão que gerou recurso para várias outras implantações de outros parques.

Todas as áreas onde estamos trabalhando vão de acordo com o que está previsto no Plano Regional Estratégico, uma vez que o Departamento de Planejamento da Secretaria – Deplan – tem trabalhado todas as ações de acordo com o que está no Plano Regional.

E como também os senhores podem observar, este é o Parque Nebulosas junto com essa área verde que, a princípio, é uma praça que acabamos transformando em parques por conta das potencialidades que vou explicar mais adiante.

Então, todo planejamento da Secretaria do Verde e Meio ambiente vai de encontro com o Plano Regional Estratégico; e já está previsto, logicamente que isso ainda está em fase de revisão, mas temos tentado manter usando o Plano Regional como base para o nosso planejamento também.

Aqui são os destinos dos recursos que temos implantado. Este é o Aterro São João, e essa área de expansão dele gerou uma compensação ambiental, então a Ecourbis tem a obrigação de implantar esse grande parque natural na nascente do Aricanduva, implantar também o Centro de Referência Ambiental, que é uma edificação na área do Morro do Cruzeiro e implantar o Parque Sapopemba, que já está em plena obra.

Essa compensação ambiental gerou a implantação desse grande parque que hoje se encontra em fase de levantamento fundiário para fazer a desapropriação. Já foi criado o Decreto de Utilidade Pública para esse perímetro para preservar essa área e evitar a venda pelos proprietários.

Esse parque está em implantação e esse aqui é o Morro do Cruzeiro. A expansão da avenida Jacu-Pêssego gerou a compensação desse parque Jardim da Conquista e desse parque linear. A implantação está sendo feita pela Dersa, que foi obrigada a fazer a compensação. Já foi cercada a área e agora estamos implantando os equipamentos dessas duas áreas.

O restante que os senhores observam em verde são as áreas em potencial para utilizarmos o recurso do crédito de carbono na região da Subprefeitura de São Mateus e mais a região da Subprefeitura de Cidade Tiradentes. E o Parque Nebulosas é a primeira área onde estamos utilizando os créditos de carbono.

Esses três parques estão em obras hoje, com previsão de conclusão no final deste ano ainda. As áreas em roxo estão em fase de projeto. Essa já está com o projeto concluído; isso é um “cercamento”, que também já está com projeto concluído. E isso é um grande projeto de interligação entre as áreas dos piscinões, criando um eixo cicloviário nas áreas dos piscinões do Córrego Aricanduva, e estamos tratando como parques lineares do Alto Aricanduva, um projeto de Siurb.

Aqui o parque linear Cipoaba, que também está em projeto, com conclusão prevista para o meio do ano. E isso aqui é uma compensação de Siurb, que está desenvolvendo o projeto de implantação do parque linear. E aqui temos o Morro do Cruzeiro que também está em projeto.

Tenho ainda uma observação importante a fazer que, apesar de já ter essa primeira fase do Parque Linear Limoeiro – previsto no plano regional -, ele se reporta a toda essa área. Estamos tratando como primeira fase no sentido de preservar algumas nascentes existentes do córrego Frade – importante afluente do córrego Limoeiro – e, por isso, essa mata está sendo preservando, com cercamento, até para evitar colocar-se equipamentos e tal.

E neste ponto é a segunda fase do projeto que depende de algumas desapropriações. Como no Limoeiro também, e ainda no Parque Natural Nascentes do Aricanduva. Está sendo feito o levantamento fundiário como coloquei anteriormente para que consigamos fechar as plantas, chegar ao valor e fazer a compra da área.

O recurso desse levantamento fundiário, a princípio, está vindo da Petrobras, por conta dos dutos de gás, como compensação. Então, a Petrobras está fazendo o pagamento do levantamento fundiário dessa área e, depois, a Prefeitura comprará. A Prefeitura faz a

compra e a Ecourbis faz a implantação do parque todo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Aí não é área pública?

O SR. EDIMILSON PEREZ CASTILHO - Essa aqui não. É particular.

A questão da caracterização das áreas, por conta do grande volume de parques que estão sendo implantados ao mesmo tempo, e até mesmo por conta dos detalhes de cada uma delas – seja pela vegetação um pouco mais preservada; ou tenha pouca vegetação e permita implantar bastante equipamento – fizemos um planejamento nessa situação e consideramos, por nós mesmos, como: parque de preservação total; parque de preservação com recreação de baixo impacto; e de uso intenso.

Então, são essas as características, como expus antes, isso é apenas uma mata, assim como essa outra é uma grande mata, onde estão todas as nascentes do Rio Aricanduva e, por esse motivo, consideramos uma área de preservação total, cujo acesso para os usuários do parque é restrito.

Temos alguns núcleos desse projeto. São 5 núcleos colocados em áreas limítrofes com a mancha urbana. E esse núcleo de 20 mil metros quadrados é o que será liberado para uso intenso pelo pessoal da comunidade. Terá tudo para se adentrar no parque, mas só se faz a visita com monitoramento.

Assim como esse outro parque, o do Limoeiro, que é apenas uma mata, estamos apenas cercando a mata, não terá equipamento, *a priori*, uma vez que concentraremos os equipamentos na parte da segunda fase, quando trabalharemos a segunda fase referente ao córrego propriamente dito.

Esses outros parques que são de preservação e recreação de baixo impacto, eles são parques que possuem equipamentos – esportivos, de lazer, sede administrativa – só que, ainda assim, são bem pontuais e devemos preservar o máximo da área existente. Então, concentramos a locação desses equipamentos em núcleos.

Então, no caso aqui, o Conquista, é um núcleo em cima, tem um núcleo embaixo, e

vamos abrir apenas um núcleo nessa outra área. O resto, todo o parque é área de preservação, assim como o parque linear Cipó-APA, apesar de ter uma pista de caminhada longitudinalmente ao córrego, aliás, o que é uma proposta principal dos parques lineares para dar oportunidade ao usuário de circular à margem do córrego, ele também é de baixo impacto por conta das áreas de APP – Áreas de Preservação Permanente e, por isso, impede que implantemos equipamentos nas áreas a 30 metros de cada margem do córrego.

E o Nebulosas, por conta do maciço que existe lá, e também em razão de termos concentrado todo o projeto num platô intermediário no parque, nós o estamos considerando de baixo impacto.

Os parques de uso intensivo são: o de Sapopemba, antigo aterro sanitário – e, neste caso, tivemos a possibilidade de partir de uma área completamente livre para fazer o projeto, implantando diversos equipamentos. Temos desde pistas de caminhadas até bicicross, quadras poliesportivas, campos de terra, campos com grama, sedes administrativas, edificações com grandes conjuntos de sanitários.

Então, nesse parque tivemos a possibilidade de trabalhar com um programa bem mais intensivo devido a essa característica.

Aqui é o Parque Linear do Alto Aricanduva, que também consideramos de uso intensivo, porque há no projeto uma grande ciclovia, cuja proposta inicial é ligar a ciclovia prevista para a região da Jacu Pêssego, fazer a ligação neste parque, conseguir circular e alcançar a ciclovia aqui da Av. Aricanduva que vai dar, inclusive, até na Radial Leste, praticamente na região da Penha.

Esse parque é meio estruturador do eixo cicloviário previsto para a região da Jacu Pêssego, para o eixo da Aricanduva e, possivelmente, dos futuros parques. Porque conseguirá fazer uma ligação entre esses três parques.

Mais um pouco sobre o Parque das Nebulosas, essas são algumas fotos aéreas. Observem que a área do Parque das Nebulosas é bastante acidentada, isso aqui é um platô

que foi criado, não é natural, é artificial, mas de muitos anos atrás, é onde previmos concentrar a maior parte dos equipamentos, preservando, principalmente, essa área de mata remanescente que existe. Remanescente, não. Mata em estágio de regeneração, que é o que todos vêm naquele canto. E é justamente onde está uma das nascentes do Córrego Caguaçu.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) - Onde está a EMEI aí, Edimilson?

O SR. EDIMILSON PERES CASTILHO – Essa aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) - A Rua Gêmeos?

O SR. EDIMILSON PERES CASTILHO – É esta daqui, se não me engano.

Esta é a Rua Libra, se não me engano. Esta é a Rua Gêmeos, a que desce lá embaixo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) - Só para nos situarmos, onde fica a Rua Nebulosas? É aquela que passa por cima da EMEI?

O SR. EDIMILSON PERES CASTILHO – Esta daqui. Aqui, olha: Rua Libra e Rua Nebulosas. Exatamente, é a que passa na frente na EMEI, que está localizada mais ou menos aqui. Esta é a Rua Nebulosas, do lado da EMEI, essa é a Rua Libra, que é a que desce aqui, esta é a Rua Gêmeos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) - Vereador Juscelino, ele está mostrando exatamente onde é o parque hoje. Você conhece bem lá. OK.

O SR. EDIMILSON PERES CASTILHO – Pode continuar?

Esta é uma área que pertence à área verde do parque, é uma área que integra. Porém, por conta dessa atual ocupação irregular, houve um recorte do projeto nesse trecho aqui, por precisar ainda fazer o cadastramento, levantamento dessas moradias, para nós, depois, numa segunda fase, fazer a implantação do parque na íntegra.

Hoje, o parque está limitado apenas aqui nesta área, não avançamos com o projeto na área das moradias irregulares, e concentramos mais na área livre que tínhamos para, inclusive, não atrasarmos a implantação do projeto.

Isto aqui é a nascente. São fotos do córrego e da nascente que há dentro da área do parque, que nos estimulou a implantarmos o parque. Aliás, transformá-lo de uma praça para um parque municipal, fazendo o cercamento e preservando essa nascente que é uma das nascentes do Córrego Caguaçu, importante afluente da margem esquerda do Rio Aricanduva.

Ali está o maciço já comentado, que estamos preservando. Nesta área toda será feito um enriquecimento florestal, onde não existe mais maciço. Aqui é uma foto, também, do grande desnível que há lá na rua de cima com a área intermediária ao parque, e que acabou gerando a necessidade de se fazer grandes rampas de acessibilidade, uma vez que todos os parques da Secretaria do Verde são obrigatoriamente 100% acessíveis.

Aqui estão alguns croquis esquemáticos dos estudos, preservando principalmente o eixo de circulação no ponto mais alto do parque em que hoje, inclusive, existe uma apropriação muito intensa para caminhada dos moradores que vivem no entorno. Preservamos todo esse eixo para o pessoal poder caminhar independente do período de funcionamento do parque.

Esse foi o projeto que chegamos, então naquele platô intermediário foi mantido um grande campo de futebol, com todo o projeto de drenagem necessária. Foi mantida a proposta de uma quadra poliesportiva em concreto e duas edificações foram previstas. Essa mancha preta é o acesso em passarelas suspensas, para conseguir alcançar essa parte intermediária. A extensão dela se dá pelo fato das inclinações serem adequadas para o cadeirante poder acessar o parque, sem a necessidade de outra pessoa.

Aqui foi criado o mirante e toda a parte de circulação e de caminhada foi preservada. Também criamos esse acesso por escadaria para fechar o circuito de caminhada na área toda do parque, então assim que a obra for implantada vamos ter todo esse trajeto circulando o parque todo, e para alcançar esse platô intermediário - onde está toda parte efetivamente de projeto - concentramos essa parte apenas nessa área para deixar o restante preservado, aqui temos um equipamento de ginástica, playground e um circuito de equilíbrio, que é uma proposta nova para os idosos poderem fazer exercícios.

Esse é o projeto paisagístico. Essa mata vem até aqui e pretendemos resgatá-la, regenerá-la. Está no projeto um grande valor de enriquecimento florestal, com mudas de oitenta centímetros a um metro de altura, para recompor toda essa mata que existia.

Aqui uma observação um pouco mais aproximada do projeto, esse é o edifício que está previsto. É um Centro de Referência Ambiental, que está previsto para essa área e serve de apoio para qualquer uso que os moradores do entorno queiram dar. É um edifício de apoio para, por exemplo, alguma associação de moradores que não tenha sede própria possa utilizar, lógico, com agendamento.

Essa grande área é a sede administrativa, onde há um conjunto de sanitários tanto para os funcionários do parque quanto para os usuários. Aqui temos o acesso também para cadeirantes, para essa área de uso emergencial do parque, porque não criamos um bolsão de estacionamento, por conta da limitação optamos por manter a área de uso só para o pedestre mesmo, sem criar bolsões de estacionamento que prejudicariam a área do parque, e também por conta de termos vias locais, onde os veículos podem estacionar.

E aqui seria o esquema da passarela que está planejada para cá. É uma passarela suspensa para vencer todos esses vãos, mas com um diferencial: esse é o primeiro parque que estamos implantando pela Secretaria para o qual estamos utilizando madeira sintética, que não é a convencional, já que é feita à base de plástico reciclável de garrafa pet com palha de arroz; é um material bem ecológico. Inclusive, na área do parque não está sendo usado nenhum centímetro de madeira, o que, na verdade, nos ajudou a convencer o Conselho de Meio Ambiente a utilizar o recurso do crédito de carbono. Esse é um material muito novo e esse é o primeiro parque no qual faremos a implantação desse tipo de material. Então, ainda não sabemos como será com o passar dos anos.

Tivemos uma dificuldade muito grande em sugerir esse item de projeto, porque na Siurb há uma planilha de itens muito fechados, que já são os oficiais; portanto, tiveram de fazer um novo item para sermos incluídos pelo menos na planilha da Secretaria do Verde.

Quanto à iluminação, aos poucos vamos incluindo essa questão. Por exemplo, esse parque também tem iluminação de LED, já pensando no uso racional de energia, porque é essa uma iluminação muito econômica. Também toda a parte de aquecimento de água será feita por energia solar. Então, essas questões nos ajudaram a compor essa proposta mais sustentável possível

Ainda nesse projeto não foi possível trabalharmos a energia fotovoltaica, mas isso já está sendo pensado para os próximos parques que serão implantados. Mas só pelo fato de usarmos a madeira sintética, a iluminação de LED e o aquecimento solar para os chuveiros, conseguiremos um racionamento de energia bem grande. Conseguimos fazer a aprovação, visto que, para fazermos a aprovação para utilização do crédito de carbono, não basta apenas ser um parque, mas um parque que leve em consideração as questões de sustentabilidade e o menor impacto ao meio ambiente.

O parque tem 45 mil metros quadrados, e o seu projeto de implantação, com as duas edificações, teve um valor real de 5 milhões, 321 mil reais e 62 centavos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Já estou nesta Casa há 15 anos e mesmo vendo fotos de projetos fantásticos, nunca os vi realizados. Ficamos encantados com o que o *power point* nos mostra, mas a realidade é realmente muito diferente. São Paulo competentemente oferece Programa de Oxigenoterapia Domiciliar, implantado por Gonzalo Vecina e do qual participei, mas ontem, por exemplo, encontrei torpedos de oxigênio na casa de uma pessoa que tem uma criança absolutamente dependente. Então, entre o sonho e o feijão, é um susto. Temos a certeza de que está sendo entregue naturalmente, já que a Prefeitura paga por isso, mas não é bem assim, porque o malandro responsável por entregar, já faz diferente, diz que, se a pessoa quiser, ela tem de buscar, sendo que o valor do frete para buscar e entregar é mais caro do que a compra do próprio oxigênio.

Então, vemos uma situação que é muito bonita, mas outra totalmente diferente. Nesse caso, o dinheiro, esses cinco milhões, foi liberado dia 26 de maio. Sinceramente, por

esse dinheiro, pessoalmente, eu faria muito mais, porque 45 mil metros quadrados de terra são dois alqueires, é pouco mais do que um sítio bem pequenininho na periferia de São Paulo rumo a Jundiáí.

Nós vamos usar dinheiro de crédito de carbono. Em relação à questão fundiária: nós vamos usar esse dinheiro também para comprar área? Porque aqui há uma boa parte com invasões e uso irregular. Vi, na Rua Gêmeos, casinhas com três andares. Vamos ter de desapropriar; e onde vamos colocar essas pessoas e em que tempo? Porque, aqui, haverá problemas para resolver.

Depois: utilização de energia solar, fazer o parque ecologicamente correto, tudo isso é muito interessante, mas, partindo da premissa de que temos de estar com os pés no chão para discutir isso, precisaríamos, primeiro, de ter o terreno.

Em segundo lugar, quando começamos a resgatar a mata daqui, começamos a plantar mudas. Porém, temos assistido na cidade de São Paulo ao seguinte: as mudas não pegam. Na Serra do Mar, logo após aquele acidente ocorrido em Cubatão, participei do processo de utilização das sementes peletizadas da mata nativa, e o resultado foi extraordinariamente bom. Não entendo por que não temos ainda, no Município, o tratamento das sementes da mata nativa, Atlântica, tratada com a peletização e utilizada de forma natural, porque ela pega naturalmente: sua integração e seu crescimento nesse solo se dão com muito mais segurança e confiança de resultados. A peletização confere, hoje, mais de 80% de pega dessas mudas em solos hostis como este, que não foi tratado *etc*; em solo tratado, esse índice de resultados sobre para 97%.

Qual é minha preocupação, Edmilson? Não é nenhuma crítica ao projeto; é que daqui a três anos vamos encontrar a mesma foto, o dinheiro parado e não teremos conseguido tirar as pessoas e evoluir nesse processo. Em se tratando de dinheiro de compensação, crédito de carbono e tudo o mais, temos de ter força política, vontade política para ir para cima de um espaço desses.

Quero passar a palavra ao Vereador Juscelino, pois foi ele provocou, muito felizmente, essa reunião, pois esse parque, por ser pequeno, pode ser modelo para vermos como funcionarão os outros. O que me preocupa é que temos um vizinho que é uma herança maldita nossa. Temos o Polo Capuava na esquina. Indo um pouco mais para baixo, topamos com Mauá, e é só passarmos por lá para vermos a nuvem de poluição e de sujeira que, com certeza, agride muito essa vegetação e vem de lá. Se de lá ninguém faz nada e não vai fazer ou não há um processo de compensação ou de tratamento daquele espaço, nós não vamos conseguir evoluir com a região de São Mateus.

Quero ouvir o Vereador Juscelino Gadelha sobre o assunto.

O SR. JUSCELINO GADELHA – Peço desculpas pelo atraso devido a questões de mobilidade. Estou contente e não estou contente: as duas coisas. Por um lado, estou contente por haver uma proposta, e uma proposta interessante, pois tudo o que é parque é bem vindo. Quanto a isso, não há discussão, e devemos ter cada vez mais parques.

Essa região é rica em vegetação de Mata Atlântica. Você pega toda aquela região onde há Cohab's, invasões grandes como na região de São Mateus, nota que é uma região muito sofrida. Vemos que, cada vez mais, perdemos o nosso verde, e um verde muito bonito, porque quem passeia nessa região sabe que ela é muito bonita e agradável. Cada vez mais, perdemos a qualidade do verde nessa região.

Primeiramente há condições de ampliação desse parque? Quarenta e cinco metros quadrado é muito pequeno, como o próprio Paulo colocou. Não é nada, pelo tamanho do sofrimento que aquela região passou, pela questão dos lixões, e também pelos pólos industriais em volta, toda aquela parte das Cohab. É uma região muito sofrida. Se pegar região sofrida na cidade de São Paulo, acredito que essa região é a mais sofrida. Não tem uma região tão sofrida como essa e uma região muito bonita. Inclusive se for comparar Noroeste, conseguiu cessar mais lá, porque as invasões, as criações de loteamentos, inclusive o próprio Marcos Zerbini que fez muitos loteamentos naquela região Noroeste, hoje, ele mesmo

coloca:olha não vamos mais comprar terra aqui porque não conseguimos mais comprar. Difícil conseguir fazer loteamentos. Eles fazem loteamentos bons e regulares. Têm muitos que fazem aqueles loteamentos irregulares que é pior ainda. Mas essa região por ser muito sofrida e muitas invasões, quer dizer, tudo de ruim está ali. Tem condições de ampliação desse parque? Quando que esses 45 mil metros irão tornar parque para a população? Tem projeto de ampliação, mesmo que digam: olha, nesse momento só tenho isso. Mas tem um projeto de continuidade, aquilo que o próprio Paulo colocou, aos poucos vai comprando, vai tirando, vai ampliando o parque, quer dizer, até mesmo um projeto paulatinamente, ao tempo, as coisas conseguem de uma forma ampliar. Você olhando ali, o parque está lá e você percebe que em volta não tem mais nada. Se você tem naquela região do Aricanduva lá embaixo, um pouco mais para cima no alto do Aricanduva, que é o Parque do Carmo. É uma área que é o segundo maior parque da cidade de São Paulo. Se conseguimos de alguma forma ampliar aquilo lá, a Cidade ganha e você vê que não existe mais nenhum pau de sebo ai. Não tem nada ali. Primeiramente obrigado por ter preservado o parque de cinco mil metros. Vou parar por aqui, mas quero cumprimentar o Dr. Arnaldo e dizer que essa discussão estamos puxando por meio dele, morador da região e está preocupado com a questão do parque.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Quero agradecer a presença do Dr. Washington Luiz Lincon de Assis, da Promotoria de Justiça do Meio Ambiente.

A SRA. HELENA MARIA CAMPOS – Vou iniciar a resposta dizendo o seguinte: justamente, muito próximas dessa angustia e desse desejo de manter um espaço, enquanto parque que esteja na nossa governabilidade. Houve a estratégia de primeiro se garantir essa parte do parque para depois se pensar na desapropriação ou em outros mecanismos da outra área, da área complementar. O que pesou foi a questão da governabilidade da urgência da implantação de uma área verde. Se por o pé realmente, é uma área preciosa, temos uma mobilidade de comunidade, movimentos muito forte. Há mais de 20 anos vejo pessoas que reencontrei quando da deliberação Confema, pessoas que lutavam pelo parque ecológico,

como o Edmilson colocou, isso está contemplado no plano diretor.

A questão foi à urgência que vemos na concretização de uma área verde, que pode ser até como modelar na apropriação da população àquele espaço e apoio à ampliação desse espaço, e da nossa governabilidade porque aí a gente dependeria da Secretaria da Habitação, das Subprefeituras. Tentamos num primeiro momento, sem perder a perspectiva futura de ampliação garantir a concretização, a urgência dessa área verde. Aí o Edmilson vai conversar um pouco sobre o tema.

O SR. EDIMILSON PERES CASTILHO – A questão da ampliação, quando fomos conceber o projeto, lógico, isso estava posto como problema na área. Tivemos a possibilidade de contratar o projeto na íntegra, mas o que dificultava é que levantamento cadastral da região, para propormos algum equipamento ou locação do gradil dificultava por conta da ocupação. Como a Helena falou, em sendo urgente preservar a área restante, optou-se pelo recorte momentâneo. Assim que for regularizado, vamos conseguir avançar o projeto nessa área aqui. Outra coisa é que essa área lateral é um centro desportivo municipal. Quando começamos idealizar o projeto a nossa pretensão era avançar nessa área. Porém, havia a questão da sobreposição de Gestão. Mas não deixamos de imaginar que a área pode ser integrada ao parque. Esse terreno, no fundo da escola, foi inclusive no projeto, a primeira proposta foi feita no sentido de uma praça na área para liberarmos. Para quem conhece o local, você tem um muro e queríamos que liberasse para integrar. Só que por ser da Secretaria de Esportes, a princípio, por conta da urgência não foi incluído na proposta, mas está em nosso planejamento. No futuro podemos fazer essa incorporação.

Outro dado legal quanto à ampliação de área é que essa próxima de um conjunto habitacional está em processo de desapropriação no Departamento de Planejamento. Há uma mata aqui. Isso possibilitaria criar um sistema de espaço verde. É o Condomínio Santa Bárbara. Lógico, no planejamento está esquematizado. É como a Helena falou, são várias secretarias nas quais temos de fazer o meio de campo e conseguir expandir. Mas o senhor

observou bem que no entorno não tem nada. Por conta da urgência sugerimos a implantação de parque, tornar um parque e não mais uma praça, para cercar a área, ter administração, ter uma pessoa zelando, ter vigilância e manutenção. Assim, absorveríamos essa área do Condomínio Santa Helena.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Antes do Vereador Gilson falar eu quero fazer um comentário. Temos como gastar muito menos e é bom que tenhamos presente um representante do Ministério Público no sentido de racionalizar recursos do Tesouro para compra de áreas como essa. O Prefeito deve encaminhar à Casa proposta da transferência de potencial construtivo de áreas verdes, aonde continua a propriedade em nome do titular e o potencial construtivo efetivo do terreno, ele pode disponibilizar no mercado para ser adensado em áreas lindeiras ao sistema de transporte público, metrô, trem e entre os estruturais, a 300 metros de cada lado, para que se possa verticalizar ao longo dos eixos de transporte público, deixando então de comprar. Seria com recurso muito menor. Não teríamos de gastar, apenas o proprietário teria condições de fazer transferência de potencial construtivo. Lógico, essa área seria averbada com perpetuidade para não ser mais edificada.

Entendo que quando temos situação de parque, temos que trazer vida de volta. Não é só a vida de pessoas, tem de ter fauna. Percebemos que os parques ficam próximos um do outro. Precisamos fazer uma ligação entre eles. Te falo como um caipira, como roceiro, filho de quem nasceu no mato. Se não, não tem como acasalar os animais. Quem estiver do lado de cá não encontra sua fêmea do lado de lá. Não tem como atravessar a rodovia, a Jacu Pêssego. Temos como manter isso. Fizemos na zona Sul, inclusive na lei aprovada nesta Casa, permitindo a construção do Rodoanel. Algumas áreas ficaram aéreas e espaços em que podia haver comunicação. Aqui também ocorre o mesmo. O parque linear Rio Verde, eu não vi na sua apresentação, tem de ir pelo menos até o Parque do Carmo. Se não, vamos perder a maior área verde. É exatamente esse é o local, ao lado da onde será o Corinthians. O Rio Verde, veja como desce o afluente rumo ao Parque do Carmo. Há um rio, passamos por ele

agora, e a distância entre um casebre e outro e o rio está morrendo. Assoreou tanto que o rio está morrendo nesse pedaço. Imagina daqui a pouco, na Copa do Mundo, eles mostrando o Corinthians e um rio agonizando, ao lado. A imagem é horrível. Se não tratarmos o processo de tal forma a interligar os parques, vamos perder o rio e o Rio Verde é muito importante para a região. Não vamos ter também a comunicação entre duas áreas extremamente importantes. Não é sonho, é possível.

Estivemos fisicamente com algumas pessoas da Subprefeitura, algumas pessoas que são do serviço público, engenheiros de 20, 30 anos. Eles sabem disso, mas está sendo ocupado a cada dia. Você vai lá retira a ocupação, em seguida ela retorna. Temos de ter uma ação mais rápida aí. Quero que você comente depois.

Vou passar a palavra agora ao Vereador Gilson Barreto, por favor.

A SRA. HELENA MARIA CAMPOS MAGOZO – Ficamos devendo a resposta dos prazos!

O SR. GILSON BARRETO – Presidente, agradeço a oportunidade da palavra. Ocorre que nessa região temos o CDC, do lado da rua temos uma escola, um centro esportivo, o posto de saúde. E aquela área do Conjunto Santa Bárbara que é a maior área existente na região em termos de proteção, quando foi feito o conjunto quem ficou incumbido de cuidar, e faz parte do conjunto habitacional. Queria saber como estão tratando essa questão. Está havendo doação dos moradores? Os moradores informaram que não tem condição de cuidar da área verde. Tem além dessa área verde, tem a área da Sabesp, que é lindeira. Na outra parte tem o campo de futebol que estava até previsto um mini estádio em função da topografia. A invasão é diária. Cada dia constrói duas, três, quatro, cinco, casas.

Eu não sei se até começar e quando vai começar, porque se demorar, não teremos mais áreas. Só vai sobrar as áreas dos campos de futebol. Na parte de baixo, inclusive, tem outro CDC que é do Jardim Vila Carrão. Se essa área está indo até o Jardim Vila Carrão, aquela área que continua já está toda invadida. Inclusive os taludes, fizeram escadas,

construíram e ninguém toma providência.

Nesse todo, quero saber como vai ficar, se vai separar, se nesses 45 mil metros haverá remanejamento. Quantas famílias serão remanejadas dali? Como está? O projeto é muito bonito, o dinheiro está aí, o crédito de carbono. Na região temos o Sítio dos Franças, que é área do CDHU e não se fez nada até agora.

A SRA. HELENA MARIA CAMPOS MAGOZO - Ele contextualizou, podemos retomar essas explicações sobre o Limoeiro e essas colocações feitas.

O SR. GILSON BARRETO - Mas se já foi falado, deixa para outra oportunidade. Minha preocupação é o tempo, o dinheiro existe, o crédito de carbono está aí e não está sendo aplicado nada na região em função disso. Já deveria ter sido aplicado.

A SRA. HELENA MARIA CAMPOS MAGOZO - Ele também fez uma explanação de quais parques estão sendo implantados por compensação ambiental, porque existia um processo de compensação estabelecido. É um termo jurídico formal. Quer dizer, para esses parques não se poderia usar os créditos de carbono. Os parques têm uma prioridade para o uso de créditos de carbono, começou com o Parque Nebulosas e têm outros, como o Limoeiro que envolvem questões fundiárias a serem resolvidas, o que nos impede a utilização, tanto no Parque do Limoeiro como no Natural. Todos eles têm problemas fundiários que envolvem desapropriação e, por conta disso, não podem ser ainda implantados. Mas estão na perspectiva e com processos fundiários para que isso ocorra.

Então, o recurso do crédito também vai ser usado para desapropriação, para viabilizar. Mas é um processo mais longo por suas implicações. Agora, com relação ao Parque Nebulosas, a opção foi por garantir o que estava sob nossa governabilidade, sem perder a perspectiva da ampliação. Passou pelo Confema, foi aprovado, hoje está em Siurb, segundo informações que tivemos. Nós corremos com esse encaminhamento para que não houvesse a mudança da tabela de Siurb, para não voltar para a Secretaria. A última informação que obtive, pelo Secretário da Siurb e pelo Sr. Carlos Fortner, é que está prestes a ser publicado o edital

de licitação.

O SR. GILSON BARRETO – É a Siurb que fará as obras?

A SRA. HELENA MARIA CAMPOS MAGOZO - Sim, porque hoje os parques da Secretaria são feitos por Siurb. Há um convênio nesse sentido. Então, a previsão, saindo a licitação e havendo o contrato, são oito meses de previsão para a concretização do parque apresentado.

O SR. GILSON BARRETO - Vocês estão colocando segurança ou fiscalização no local, para garantir a área até lá?

O SR. EDIMILSON PERES CASTILHO - A fiscalização é dada pela Subprefeitura.

O SR. GILSON BARRETO – Vocês estão cobrando da Subprefeitura?

O SR. EDIMILSON PERES CASTILHO - Sim, no geral, todas as áreas de São Mateus estão sendo fiscalizadas. A equipe de projeto, acompanhamos muitas vistorias, tem cobrado o Coordenador do CPDU, o Sr. Fernando, que está sempre em contato conosco. Houve um problema, inclusive, de ocupação nesse parque em implantação e o nosso fiscal, o Sr. Robson, acionou o Sr. Fernando dizendo que havia moradias entrando na área de obra do Parque Sapopemba.

A SRA. HELENA MARIA CAMPOS MAGOZO - Na verdade, antes do parque estar implantado, nós não temos possibilidade legal de contratar manutenção nem segurança. A questão importante é da agilização da licitação e das obras, porque, dessa forma, o contratado tem essa responsabilidade. Há uma comunidade no entorno, principalmente, do Condomínio Santa Bárbara, que exerce um controle social forte na área, telefona e nos informa e nós acionamos o setor de fiscalização, na zona Leste, da Subprefeitura.

O SR. GILSON BARRETO – Na área onde está inserido o perímetro deles?

A SRA. HELENA MARIA CAMPOS MAGOZO - Não, não. Eles estão muito preocupados, também, com o Nebulosas, desde a audiência pública, muito antes. Acho que já há uns vinte anos que vejo aquele pessoal também relacionado à preservação maior do

entorno. A questão dessa área de mata do Condomínio Santa Bárbara está sendo tratada na Secretaria, avaliando o instrumento jurídico, porque essa é uma questão que se coloca: trata-se de uma população de classe média e média-baixa que dá muito valor à área. Temos valorizado muito essa postura deles, mas não existem recursos para mantermos essa área.

Então, a Secretaria está muito atenta a isso. Há um diálogo para ver que instrumento seria ágil para garantir a preservação dessa área e ela sendo privada, como isso se resolve. A licitação está a prestes referente a esse trecho apresentado e a partir do contrato assinado, a previsão são de oito meses para sua implantação.

O SR. GILSON BARRETO – Eu juntamente ao Vereador Juscelino cobraremos da Siurb. Gostaria que vocês requeressem à Subprefeitura, que está um pouco inoperante quanto a isso, que fiscalizasse a área para não deixar ninguém construir. Porque senão poderemos perder a área.

A SRA. HELENA MARIA CAMPOS MAGOZO - Com certeza.

O SR. GILSON BARRETO – E preservar, já que não tem construção, a área esportiva, porque o campo de futebol já existente não pode ser eliminado. É esporte e é muito importante para a região.

A SRA. HELENA MARIA CAMPOS MAGOZO - O que a população usa, preserva. Não é? Temos muito clara essa importância, que a apropriação parte do uso social.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – O representante da Subprefeitura está presente? Nós convidamos o Subprefeito e como não pode estar presente, ele nos encaminhou um representante. O senhor tem como nos dar uma posição dessa situação? De como está funcionando hoje a fiscalização nessa área? Tem conseguido conter essas invasões?

O SR. VICENTE – Sou de Gestão Ambiental. Quem cuida da fiscalização é o Sr. Fernando. Ele está tomando providências para manter os parques em vistoria sempre.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Nessa área tem tido invasão?

O SR. VICENTE – Não. Já teve e agora está congelado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Vocês têm feito autuações na região?

O SR. VICENTE – Existe um programa de defesa das águas onde é feito um levantamento das áreas de risco e, inclusive, dos futuros parques. As vistorias são constantes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) - Estou perguntando, porque essa é uma área muito grande e quando caminhamos, como ontem, me assustei. Nós ouvimos um barulho na mata, parecia que era um motor, alguma coisa que fazia um barulho contínuo e não deu para identificar o que era. Nem mesmo os vizinhos nos contaram do que se tratava. Falaram que deveria ser um motor. Mas não é. De repente, encontrei uma área toda murada, olhando por cima dele vi uma siderúrgica, alguma coisa nesse sentido, que faz lingote de alumínio reciclado, no meio da mata.

Estou me referindo à Cidade Tiradentes. É impressionante o que ocorreu ontem. Com a lei natural do silêncio, para não serem criados problemas com a vizinhança, há pessoas que têm até medo de contarem o que ocorre ali. Entendo, há famílias, mas o nosso dever é irmos lá. Fomos e tomamos providências.

Tem de haver uma fiscalização presença fisicamente, no solo, mas o Governo autorizou sobrevoos para subprefeituras. Esse foi o melhor instrumento que ele disponibilizou, para que houvesse a fiscalização. Não há nada melhor do que esse sobrevoos com pouco mais de uma hora. Por cima, vemos tudo, todos os problemas, área de invasão, área degradada e área de risco. Cheguei a acompanhar alguns trabalhos, e fiquei impressionado com a ferramenta que estamos lidando hoje. Esse instrumento já é utilizado, em Minas Gerais, pelo Governo Aécio Neves há um bom tempo. Estamos trabalhando nessa linha há dois anos, aproximadamente.

Helena, a senhora já participou de algum sobrevoos como esse?

A SRA. HELENA MARIA CAMPOS MAGOZO – Nosso chefe de gabinete faz, constantemente, esses sobrevoos. Essa questão é superinteressante. Vamos tratar do Parque

Nebulosas. Há um aparato de fotos e uma definição, precisão da dinâmica no momento. Além de subprefeituras, atuamos juntos. Há o núcleo de gestão descentralizada Leste, que se localiza no Casarão do Parque do Carmo. Sempre que houver denúncia, suspeita de um crime ou violação, é muito importante ela chegar ao núcleo de gestão descentralizada, porque, imediatamente, isso é encaminhado à fiscalização. Podemos ver se isso ocorre em indústria ou na Cetesb, mas pessoas poderão ir lá para ver o que está ocorrendo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Quando a senhora encontra essa irregularidade, isso é comunicado ao Verde? O Decont tem uma caneta pesada. Quando multam, é doído.

A SRA. HELENA MARIA CAMPOS MAGOZO – Essa fiscalização é articulada com o Decont, mas é descentralizada, centralizadamente, no Leste.

O SR. EDMILSON PERES CASTILHO – Sempre são feitas vistorias conjuntas. Há participação conjunta. Esse trabalho é feito periodicamente, rotineiramente. Mensalmente, estamos fazendo esse sobrevoo, verificando problemas.

O SR. JUSCELINO GADELHA – Há ampliação de invasões em regiões, em condomínio clandestinos?

O SR. EDMILSON PERES CASTILHO – A área está sendo congelada por isso. Com esses sobrevoos, o que aparece de novo...

O SR. JUSCELINO GADELHA – Os senhores vão lá e atacam diretamente?

O SR. EDMILSON PERES CASTILHO – Exatamente.

O SR. JUSCELINO GADELHA – Sra. Helena, qual foi o valor do leilão do São João?

A SRA. HELENA MARIA CAMPOS MAGOZO – Tínhamos dois leilões só no seguro. Depois entrou o São João. Não sei precisaria. Vou falar, aproximadamente, quinze milhões.

O SR. JUSCELINO GADELHA – Quinze milhões.

A SRA. HELENA MARIA CAMPOS MAGOZO – Isso.

O SR. JUSCELINO GADELHA – Esse é o segundo leilão?

A SRA. HELENA MARIA CAMPOS MAGOZO – O primeiro foi só para o Bandeirantes.

O SR. JUSCELINO GADELHA – Não sobrou nenhum pedacinho para o São João?

A SRA. HELENA MARIA CAMPOS MAGOZO – No primeiro, não.

O SR. JUSCELINO GADELHA – Foram 35 milhões?

A SRA. HELENA MARIA CAMPOS MAGOZO – Precisam gerar...

O SR. JUSCELINO GADELHA – Desses quinze milhões, cinco milhões foram para a Nebulosa.

A SRA. HELENA MARIA CAMPOS MAGOZO – Mais de cinco. Lembro-me que depois passaram pelo conselho mais duas intervenções, não da implantação do Parque, Sapopemba, da Ecourbs. Passou a parte da iluminação hidráulica do Sapopemba e seu cercamento. Essas foram as intervenções que passaram, relativas aos créditos oriundos do São João.

P – Essa área foi cercada?

R – Foi no sentido de se evitar...

P – De haver prevenção. Cercou-se essa área e que mais?

R – Cercou-se a área. Há a parte hidráulica. É um projeto hidráulico e de iluminação dentro do parque. No que se refere à implantação, é da Ecourbs. O nosso desafio é implantarmos outras áreas verdes com esse recursos. No momento, estamos dependendo de liberação de outras áreas. Outras que até foram colocadas, em audiência pública, são comprometidas com as compensações ambientais. Estamos superatentos e buscando, dentro desse planejamento, outras aplicações. No momento, não temos onde avançarmos, quanto a implantações.

P – A Câmara tem de endurecer um pouquinho. Acabou não ocorrendo uma

discussão na revisão do Plano Diretor. Ficamos, por seis ou sete anos, sem discutirmos a revisão. Isso foi ruim para a cidade. Esse plano já não atende mais às necessidades.

O que está acontecendo hoje? A especulação imobiliária derruba árvores antigas e replanta pequenas. Uma das formas seria chegarmos, no Nebulosa, desapropriarmos “x” pedaços de terrenos e darmos para haver a integração do parque. Assim, começaremos a enxergar o que a especulação faz e devolve para a cidade. Esse processo é diferente. Os senhores têm boa vontade. Percebo que a Secretaria Municipal do Verde tem preocupação com a montagem de parques. Há um queijo suíço, e a especulação está tirando as árvores que temos e plantando as pequenas. Só daqui a vinte ou trinta anos, vamos enxergar uma ou outra daquela que foi plantada. Podemos começar a estabelecer alguma relação. O Plano Diretor poderia fazer isso. Pena que não aconteceu. Vamos ver se, no ano que vem, acontece. Poderemos chegar, na área da Nebulosa e dizer: “Há ‘vez’ casas. Vamos desapropriar e reintegrá-las ao parque, que vai cuidar e plantar”. Aí, conseguimos enxergar. Os senhores têm noção de quantas áreas foram compensadas, na cidade de São Paulo, o seu volume? É muito.

R – Essa é uma questão importante. O que foi deliberado, recentemente, no Confema, é a possibilidade de recursos advindos de compensação ambiental reverterem-se em desapropriação. Há uma parte que tem de ser revertida, necessariamente, em recomposição, vegetação arbórea. Há uma outra parte pequena, que pode até ser revertida em obras, mas a maior parte tem de ser em reposição de vegetação. Há uma perspectiva agora, de o responsável pela compensação depositar esse recurso, no fundo, a partir de uma definição da secretaria. Digo isso porque há áreas em que a secretaria já determina, dizendo quais são as compensações. Isso poderia ser revertido em desapropriação. Na área em questão, talvez não estejamos falando de desapropriação, por se tratar de áreas públicas verdes. Essa questão envolve reassentamento e outros mecanismos.

O SR. JUSCELINO GADELHA – Vão ter de tirar pessoas. E se alguém deixou construir lá e pessoas investiram tudo que têm?

R – A situação é diferente. Essa desapropriação é mais tranquila.

P – Há um atrito aí.

R – Sem dúvida.

P – Vão ter de pagar a pessoa para ela sair. Vão desalojar. Se derrubarem, vão colocar a pessoa onde? Vão dar um aluguel social? Haverá confusão aí.

R – Por isso que optamos por essa parte, garantindo... Depois vamos pensar nisso.

P – Se o Poder Público deixou construir, tem de pagar para tirar. Não há jeito. Então, que não deixasse nada atrás. A fiscalização, de uma forma ou outra, falhou. Nós, Poder Público, falhamos, quanto à fiscalização da área. Se deixamos construírem, dentro de uma área pública, hoje temos a responsabilidade de pagar para tirar pessoas. Tem de haver um tipo de compensação. A especulação poderia ser um fator importante para nos ajudar, na ampliação de áreas verdes, na cidade de São Paulo, para enxergarmos um pulmão verde. Não conseguimos enxergar nada.

Hoje temos um problema, o Plano Diretor, referente à lei das vilas. Se pegarmos hoje algumas regiões que são matas singulares, sejam inteiramente em três ou quatro mil metros quadrados, compram, constroem 20, 30, 40, 50 e até 100 casinhas. Estamos perdendo essas áreas. É uma forma de compensação que a cidade perde, porque tiramos o verde, levantam concreto e vão plantar pedacinhos de muda que não vão sobreviver nunca. Hoje a quantidade de mudas plantadas por compensações é muito baixo, se vermos o que será crescido. Isso é muito ruim. Temos de forçar alguma coisa.

Na revisão, teremos condições de discutirmos isso, melhorando. Há uma preocupação da secretaria e do Sr. Eduardo. Aliás, nos últimos anos, foi o Secretário que mais tentou implantar parques lineares. Vamos ajudar nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Gostaria de saber como o Ministério Público tem acompanhado essa situação. Gostaríamos de saber um pouco sobre a atuação dos senhores.

Tem a palavra o Sr. Washington Luís.

O SR. WASHINGTON LUÍS – Bom dia a todos. Há várias questões interessantes. Um dos pontos que ficam bem claros é falta de uma política habitacional para habitações de interesse social na cidade. É público e notório que o mercado formal não constrói nenhum metro quadrado de habitação de interesse social. A Câmara Municipal poderia se preocupar em não somente conceder potencial construtivo e acrescentar a possibilidade de incorporadoras construírem, em áreas nobres e de restrição na zona Sul, de grandes projetos, mas também fazerem o inverso também, condicionando esses empreendimentos em áreas em que já é possível a expansão imobiliária, construindo habitações de interesse social.

Foi mencionada a possibilidade de pessoas terem adquirido algum direito, por invasão nessas áreas. Perante à lei, não há direito nenhum adquirido por invasão em áreas verdes ou áreas de comum do povo. Esse é um problema social. O aluguel social é uma distorção do problema, porque inflaciona o aluguel em favelas. Tirar pessoas de lá sem que haja um local adequado, só vai fazer com que elas invadam outras áreas. Não há uma política habitacional para esse tipo de habitação. Hoje é um direito fundamental o cidadão hoje contar com essas moradias. Sem uma política habitacional consistente, qualquer parque que seja criado ou qualquer retirada de pessoas, em áreas de preservação permanente ou em área de uso de comum do povo, vai ocasionar invasões em outras áreas. Essas ações têm de ser coordenadas. A cidade tem de tomar uma posição clara e concreta, transformando numa grande metrópole, recompondo a sua vegetação, uma das menores do mundo. Tem de haver uma política habitacional e urbana comprometida com as futuras gerações e não só com única administração, num horizonte de dois anos de mandato.

As grandes operações urbanas, em discussão, não se preocupam isso, a não ser criarem áreas para grandes empreendimentos imobiliários. São Paulo vem sendo explorado pelo capital estrangeiro e por grandes empreendimentos imobiliários, sem que nada se faça para defender um patrimônio que nos pertence.

Não dá para resolvermos essa situação sem que haja uma política habitacional. No ano que vem, haverá discussões sobre o Plano Diretor, quando tudo isso terá de ser discutido. É importante essa questão de parques. Em muitos casos que há, na Promotoria do Meio Ambiente, áreas verdes semelhantes são exploradas como bota-foras particulares, sem que haja nenhuma fiscalização das subprefeituras. Aliás, há uma ação minha, da qual deve estar saindo uma liminar, para que, pelo menos, a Prefeitura não permita mais que sejam utilizadas áreas como bota-fora particular, porque, a cada dia, aumenta-se a quantidade de depósito de resíduos, nessas áreas, que são públicas.

Uma outra questão é que o valor é bastante caro para o tamanho desse parque, como foi dito, e nota-se também uma grande quantidade de impermeabilização do solo. Vê-se pelas fotografias que a área já é totalmente impermeabilizada.

E nesse projeto podemos ver grandes calçadas concretadas. Isso exige um custo elevado e caminha pela contramão da preservação ambiental, que recomenda a redução da impermeabilização, porque as enchentes decorrem da impermeabilização do solo.

Nesse sentido, o projeto deveria ser analisado para que se faça o mínimo de impermeabilização. A Câmara também poderia estabelecer isso, porque os nossos parques têm áreas absurdas de concreto, tanto os estaduais como os municipais.

Muitas vezes, na beira de represas constroem-se vias de acesso concretadas ou asfaltadas, invadindo áreas de preservação e elevando muito o custo.

Essas são algumas observações a serem discutidas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – É verdade. Essa situação vem sendo discutida nesta Casa inclusive com a preocupação de reduzir o máximo possível da impermeabilização nessas áreas de parques. Existem pisos especiais com uma capacidade de drenagem que chega a quase 90%.

O SR. WASHINGTON LUIS - Poderia ser feita uma legislação para inibir a

impermeabilização, porque a concretagem encarece as obras e queima as áreas verdes.

A SRA. HELENA MARIA CAMPOS MAGOZO – Mas não é o caso, doutor. Acho que o Edimilson poderia explicar um pouco do projeto, por favor. Existe um critério que temos sempre de conciliar a questão da preservação com a questão da apropriação e do uso da população. Mas essa questão da impermeabilização é muito considerada no Depave, acho que o Edimilson poderia explicar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Aproveitando que o Sr. Edimilson vai nos explicar, nós vimos algumas áreas de circulação com o Dr. Washington e estamos tratando aqui de acessibilidade. E ao falar de acessibilidade só pensamos em cadeirante, e nós temos os parques e todo processo de sinalização para as pessoas com deficiência visual, de grande perda visual e também os cegos.

Nessa região temos pacientes com cegueira, já estivemos lá acompanhando essa discussão, até porque não havia oftalmologista na região, e ainda não há. E eu gostaria de saber como está essa situação não só do tipo de piso para essa área, mas também da acessibilidade.

O SR. EDIMILSON PERES CASTILHO – A única grande área considerada impermeável é a da quadra poliesportiva. Em todo o parque, a área impermeável é somente de acesso: uma portaria que tem uma escadaria. Esse acesso, inclusive, é considerado relativamente permeável.

Foi preservada a área de mata no parque e sem nenhuma impermeabilização, inclusive foi feita uma drenagem nesse grande campo de futebol e toda água drenada é conduzida até a área de nascente. 95% da água de chuva que cai nesse parque infiltra no solo. Isso que os senhores estão vendo são *decks* de madeira. Só essa área aqui é impermeável.

Sobre a questão de acessibilidade, todo projeto de parques da Secretaria só vai para o processo licitatório se for aprovado pela Comissão Permanente de Acessibilidade. Então

todas essas questões de acessibilidade, como inclinação de rampas, colocação de piso podotátil de orientação para o deficiente visual; nos acessos das rampas tem o piso podotátil; todos os passeios têm guia balizadora.

Isso tudo está assegurado e foi aprovado na Comissão Permanente de Acessibilidade. Nenhum parque da Secretaria vai para licitação sem ter o carimbo da Comissão aprovando a acessibilidade aos deficientes em geral.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Somos absolutamente apaixonados pelo processo de utilização, de resgate dessa vegetação natural com sementes da própria Mata Atlântica peritizada. Por que nós não estamos trabalhando com esse processo tão interessante, sendo que o mundo inteiro veio copiar o nosso modelo da Serra do Mar?

A SRA. HELENA MARIA CAMPOS MAGOZO – Eu não teria como responder pela especialização que envolve a pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Para quem não conhece como é que se plantava cebola até uns anos atrás, pegava-se uma latinha de 1kg com milhões de sementinhas de cebola. E havia sempre o japonês no interior que, com toda paciência, plantava uma a uma, e quando a muda estava mais ou menos com uns 5 cm ela era replantada em outro lugar.

Havia uma empresa chamada Asgrow resolveu banhar toda essa semente numa solução de carbonato de cálcio, como se fosse gesso. A semente fica envolvida e camada e fica pesada, portanto o vento não a leva.

Naquela época, a situação estava muito ruim e todas as sementes que foram colhidas na região da Mata Atlântica passaram pela peritização e foram semeadas de helicóptero por toda a Mata. Isso ocorreu em 1984.

De lá para cá, foi possível observar a grande quantidade de árvores nativas, as mesmas sementes que foram plantadas e o que voltou. Hoje quem desce para Santos, mesmo pela Anchieta, apesar de haver as cotas, aquelas áreas invadidas embaixo, enxerga uma

densidade de verde absolutamente diferente. E esse processo vem sendo tratado com muita facilidade.

O SR. JUSCELINO GADELHA - Foi projeto do Quércio.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Foi o Quércio que fez. Na época, nós acompanhamos. E essa sugestão nasceu do mesmo processo que, por analogia, contratava sementes de cebola. Hoje, não há mais todo aquele desgaste, a cebola é colocada diretamente no solo peritizada e a pega chega a 92%.

A SRA. HELENA MARIA CAMPOS MAGOZO – Estamos à disposição para encaminhar ao setor de proteção de mudas no Viveiro Manequinho Lopes, que pode responder a sua indagação. Eu não tenho como responder.

Sei que hoje utilizamos espécie arbórea, mas sobre os índices de pegamento eu acho que o responsável diretor, Sr. Marcelo Coco, que pode te responder.

O SR. JUSCELINO GADELHA – Dr. Washington, eu acho que nesta Casa existem algumas coisas que são muito parecidas com o que o senhor acabou de falar que pensa. Muitas vezes eu acho que a Promotoria não enxerga esta Casa como aliada em alguns momentos, e acho que nós temos alguns pensamentos numa situação e nos preocupamos com as pessoas mais prejudicadas na Cidade.

Temos de tentar buscar de alguma forma resolver algumas questões. O Bolsa Aluguel foi uma luta para conseguir aumentar. Não só eu, mas outros Vereadores participaram da discussão para aumentar de 400 para 500 reais, porque com 400 reais realmente não se aluga nada; para ter a garantia de que o Poder Público quando vai fazer uma desapropriação ou uma reurbanização de favelas seja o responsável pelo aluguel de outra casa com esse valor. As pessoas saem dos seus espaços muito humildes geralmente e não conseguem alugar outra coisa porque não possuem fiador. O Poder Público também tem de ser o responsável e fornecer um espaço até sair a construção e a pessoa poder retornar ao espaço em que sobrevive e também na questão do Plano Diretor.

Poderíamos ter aberto um debate muito franco para encarar de fato a especulação imobiliária, a questão social e as dificuldades que encontramos nesta Cidade, pois hoje ela está muito injusta. Alguns bairros tradicionais da cidade de São Paulo como a Lapa, a Mooca estão sofrendo com a especulação imobiliária.

Nesse sentido, peço ao senhor que enxergue esta Casa como uma aliada e possamos ter, em alguns momentos, algumas vitórias para a população de baixa renda que realmente merece ou até mesmo em outras questões que são importantes. Aqui dentro existem pessoas preocupadas com essas questões e junto com V.Exa. podem buscar algumas conquistas. Estou mencionando isso, pois não o conheço, mas acho que podemos nos ajudar mutuamente.

O SR. WASHINGTON LUIZ - Sem dúvida, eu agradeço. O Ministério Público também está unicamente interessado em dar a sua contribuição para que a Cidade e o meio ambiente também melhorem em geral.

Sou um pouco assertivo às vezes em colocações, porque decepciona um pouco. É lógico, muitos Vereadores têm nos ajudado bastante, inclusive, levado ao nosso conhecimento problemas que têm nos ajudado a enfrentar situações na Cidade.

Toda administração pública tem de trabalhar harmoniosamente e visando o bem comum que é a melhoria da Cidade, do meio ambiente e hoje ouvindo muito a população. A cada dia se restringe mais a atuação do administrador público que não tem tanta liberdade de ação. Sua atuação está muito vinculada aos interesses sociais e públicos em geral.

O Aluguel Social é importante. Foi uma boa conquista. Nas reuniões com os Secretários da Habitação e Secretários em geral eles dizem que vão pagar o Aluguel Social. É ótimo, melhor do que nada. Já disse em uma ação judicial para desalojar pessoas de área verde, cuja obrigação nossa era assentá-las em uma habitação digna, porque se as tirássemos e as jogássemos na rua estaríamos cometendo quase um genocídio - apesar de exagerada a expressão -, porque havia crianças, idosos e populações inteiras. E nós não temos o direito de

fazer isso também.

Mas, isso tem de ser enfrentado. Temos de começar a mudar a postura do administrador público, do próprio Ministério Público de realmente pensar a longo prazo e ter ações efetivas visando o bem comum.

Estou aqui para ouvir também. Às vezes fico decepcionado e sou um pouco enfático em certas posições, de não ver perspectivas. Infelizmente, a Cidade tem feito muito pouco para melhorar.

No diagnóstico muito bom das áreas de risco feito pela Prefeitura há a previsão para tirar as pessoas dessas áreas que podem desabar amanhã se houver uma chuva grande com mortes que não ocorreu aqui por sorte ou porque alguns casos foram retirados, mas a perspectiva do aumento das chuvas é cientificamente provada a cada ano pela mudança climática. A Cidade tem de ser reflorestada e as pessoas têm de ser remanejadas com urgência. O prazo é de seis anos, então, estamos em uma roleta russa por seis anos com centenas de famílias em áreas de risco, à beira de precipícios. A Prefeitura tem de tomar providências em relação a isso.

O SR. JUSCELINO GADELHA – De seis vira 20.

O SR. WASHINGTON LUÍS – E os casos menores são 20, 30 anos. Mas acho que essas áreas... Tínhamos de agilizar isso daí. É uma prioridade, é a vida humana.

Então, às vezes, sou um pouco enfático e tentamos sempre resolver pelo diálogo e debate. Tenho feito muitos táxis inclusive para o Município, termo de conduta. Sempre propomos isso antes de ir para o Judiciário que também não é uma solução, mas temos realmente de discutir essas questões e melhorar nossa atuação em geral. Temos de ter mais agilidade.

P – Por isso, doutor, foi um erro não deixar a revisão do Plano Diretor. Poderíamos estar discutindo essas questões e buscando uma solução na revisão do Plano Diretor. Todas as coisas estão paralisadas e amarradas sem podermos mexer muito, quer dizer, hoje a

Cidade está saturada com vários tipos de problemas.

R – Estamos tentando no Parque da Água Branca fazer com que a sociedade civil tenha uma participação efetiva e seja ouvida sobre a adoção da política e a ação que será feita. Isso tem de ser ampliado e a população tem de participar. Temos de criar condições para que haja uma participação popular maior e mais efetiva também; fazer com que as ações funcionem e com mais agilidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Dr. Washington...

O SR. WASHINGTON LUÍS – Só completando a ideia, essa questão do meio ambiente e urbanística exige a participação popular e temos de tirar a administração pública das mãos do capital privado e voltar para a mão da sociedade e dos agentes políticos, agentes públicos, porque enquanto o mercado decidir o futuro urbanístico e ambiental a sociedade estará perdendo, com certeza.

O SR. JUSCELINO GADELHA – Concordo com V.Exa. nesse sentido. Não podemos deixar a especulação do jeito que está. É muito selvagem. Temos de controlar um pouco isso. V.Exa. tem razão, mas algumas questões poderiam travar no Plano Diretor. E a sociedade ficou com medo de encarar esse debate de frente. Nós tínhamos aqui dentro várias pessoas aliadas a essa proposta. Fico revoltado com essa questão. Até peço desculpas a V.Exa, porque a sociedade civil percebeu que estava desorganizada e não quis encarar o processo de frente.

Então, essa era a discussão mais importante. Há o Defenda São Paulo que foi o que mais travou o Plano Diretor. Fui a audiências públicas em M'Boi Mirim, Itaim Paulista e Perus e não havia o Defenda São Paulo. Ia para Pinheiros, Lapa e estava lotado. Nos locais onde estavam os ricos estava lotado, enquanto nos locais mais pobres estava vazio. Nesse sentido acho que foi para a Justiça, bloqueou, até mesmo a própria Procuradoria apoiou essa decisão. Essa discussão deveria ter sido encarada de frente. É uma situação que você vai ajustando, porque do jeito que está hoje a sociedade perdeu, nós perdemos. Nós perdemos

seis anos da vida. A única coisa que não recuperamos na vida é o tempo. A gente recupera tudo, mas o tempo não se recupera mais.

R – Sem dúvida, mas o Ministério Público tem feito reuniões mensais sobre o Plano Diretor durante todo esse ano. Está se preparando para enfrentar essa situação o ano que vem com condições técnicas. Inclusive nas próximas reuniões não vou poder estar aqui. No dia 1º de julho haverá uma reunião no Ministério Público às 14h no 9º andar e estará aberta ao público. Nós poderíamos fazer reuniões conjuntas para ampliar esse debate para realmente discutirmos e aprofundarmos essas questões.

P – Acho importante. A Comissão de Política Urbana através da presidência do Vereador Paulo Frange está aberta nesse sentido. Só para fechar essa discussão, com o Plano Diretor resolveríamos a questão das invasões e até mesmo para a retirada das pessoas. Se desejarmos parques, precisaremos encarar o problema de frente. É doloroso, não adianta achar que é na paz e no amor. Não é. Em alguns momentos isso vira guerra. Ou queremos uma Cidade melhor para nossos filhos e nosso netos, ou deixaremos acontecer o que está acontecendo. É nesse sentido, pois tínhamos um grande instrumento e perdemos esse instrumento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Foi colocada uma situação muito delicada e traz um constrangimento muito grande, não só para o Parlamento, mas para o Executivo.

A Operação Urbana Água Branca tem dezesseis anos e não tem uma casinha construída, mas tem 90 milhões no caixa, aplicado em mercado financeiro.

Já gastamos quase 20 milhões em projetos, daí, Edimilson, essa história de parque, é um tal de fazer projetos, veja, temos projetos de 98, de 99, de 2000. Cada um que chega quer um projeto novo, pois considera o anterior ultrapassado.

A Operação Urbana Água Branca já gastou quase que 20% de tudo que tem no caixa em projetos. Temos aproximadamente 18, ou 19, projetos para essa Operação. E ainda não conseguimos canalizar um córrego. Hoje, a avenida Pompeia com a Turiaçu, a água tem

passado acima de um metro. Meu consultório ficava nessa esquina e tive de sair de tanta enchente, inclusive, com perda de equipamento. Tive de mudar.

Não tem nenhuma habitação de interesse social, construída pelo governo. Nenhuma, até hoje. É uma das operações mais tristes que São Paulo teve.

A Operação Urbana Faria Lima da mesma forma, não fez.

A outra, que está sendo conduzida, a Água Espreada também não vai fazer. A história do Real Parque terminou, como terminou até agora, só aconteceu em função de muita movimentação. Enfim, o que o senhor colocou é verdade: temos dificuldade de ter uma política habitacional e quando temos atrelado uma Operação Urbana que banca na lei – e o texto é claro – da necessidade e obrigação da habitação de interesse social no perímetro, acabamos não cumprindo também, e é um dinheiro que fica no caixa.

O SR. WASHINGTON LUIS – Concordo. Acho que é super importante nesse assunto também é que a população tem direito, merece, deve permanecer na região e não ser expulsa para as áreas da zona Sul, as áreas de mananciais ou áreas verdes.

Recentemente fiz uma crítica, de uns 15 minutos, muito assertiva e extrapolando um pouco. Houve um projeto de lei, ou um decreto – não sei como ficou – alterando a Operação Urbana Água Espreada, permitindo que a população fosse expulsa da região, e não há outra explicação, e é expulsão mesmo, como aconteceu na Faria Lima.

A verdade também é o porquê não vemos essas Operações Urbanas em regiões mais carentes da Cidade. Somos obrigados a concluir que não há interesse do mercado imobiliário nessa intervenção. Mas isso pode ser feito com habitações de interesse social, de custo menor. Temos de nos preocupar com essa população de 800 mil famílias que moram em barracos e favelas em São Paulo. Temos esses dados e a Prefeitura tem feito excelentes diagnósticos, mas as ações são muito lentas e ineficazes.

Então, temos de agilizar isso, pois a Cidade não pode esperar mais. Há muitas coisas para acontecer e temos de começar a agir. É sempre bom esse debate e precisamos

aprofundar isso e tentar chegar a soluções.

O SR. JUSCELINO GADELHA – Deixo como informação que a discussão do projeto Operação Urbana Água Espreada ficou para o segundo semestre. Neste semestre, não discutiremos essa questão aqui dentro, estamos estudando, mas a votação ficou para o semestre que vem.

O SR. WASHINGTON LUIS - Eu pediria de antemão aos senhores que não permitam seja a população expulsa da área. Que há interesse de se fazer as Operações Urbanas, mas que a população seja mantida, em número mínimo de habitação de interesse social, e que seja construído pelas próprias empresas que construirão os 5 milhões de metros quadrados de área construída de alto padrão nessas regiões, sempre favoráveis a esse tipo de edificação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Dr. Washington, o senhor tem toda razão. Desde o início, desde quando cheguei à essa Câmara, há quatro mandatos, a frase que muito ouvi foi: “Aproximar o trabalhador do local de trabalho”. Mas, quando qualifico o local de trabalho com uma Operação Urbana, expulso o trabalhador de lá. O rico que vai morar ali, fica o dia todo no cabelereiro e no shopping, reclamando o seguinte: “Não tenho uma secretária do lar, não tenho faxineira, não consigo encontrar um jardineiro”.

Acontece que ninguém pensa: “Foram expulsos daqui, colocados do outro lado do rio”. Assim, do outro lado do rio, fica muito longe, o sistema de transporte é complexo e ficamos do lado de cá reclamando que não tem ninguém para ajudar.

Essas mesmas situações são encontradas com relação às creches. As pessoas que têm necessidade de utilizar o sistema público para poder ter sua criança colocada na creche, não têm o trabalhador para levá-los até lá, pois mora longe demais.

Agradeço Dr. Washington sua manifestação, foi muito feliz, pois traz uma oportunidade da gente poder tratar desse assunto.

Sr. Arnaldo, gostaria de ouvi-lo, pois faz parte do Movimento Unificado São Mateus.

O SR. JUSCELINO GADELHA – O senhor tem 7 minutos, por favor.

O SR. ARNALDO - Bom dia a todos, meu nome é Arnaldo, sou do Movimento Unificado São Mateus. Agradeço ao Sr. Paulo Frange e também o Vereador Floriano Pesaro e, em especial o companheiro Juscelino, um companheiro de luta de mais de 20 anos.

Em primeiro lugar, abordo os assuntos da Secretaria do Meio Ambiente. O que a população de São Mateus está querendo é que o projeto saia logo.

Esse projeto tem histórico de quase 20 anos que a comunidade briga por ele. Diferente do que foi dito anteriormente, quem não deixou e teve a invasão foi a população. Não foi a Prefeitura, nem a Secretaria do Verde, nenhum órgão público. A própria população foi lá e não permitiu a invasão.

O cidadão de São Mateus é aquele que está lá todo dia e não deixou que a invasão ocorresse. Por isso, temos pressa que saia o edital. Aliás, peço encarecidamente aos Vereadores que oficiem a Siurb no sentido de publicar o edital o mais rápido possível. A partir daí, que siga o projeto.

Ao nobre representante do Ministério Público, digo que gostaríamos tivessem sempre participando da vida da população, desde o início dela, participando dos projetos que se apresentam. Sei que não é o caso do senhor, Dr. Washington, mas, muitas vezes, o projeto fica dez anos em maturação. Quando chega a hora de colocá-lo em licitação vem alguém e diz: “Faltou isso e não pode haver projeto”, aí vai mais dez anos. Isso é contraprodutivo. E é contra o que a população pensa. Ela deseja que o projeto vá para a frente.

Então, uma das coisas que desejamos é que realmente saia o parque e que funcione.

Peço a gentileza de voltar à apresentação, no slide do projeto Sapopemba.

(Pausa)

O SR. ARNALDO – É isso aí. Esse Parque Sapopemba está sendo feito em cima de um aterro sanitário e, diferente do que foi dito, não está cercado. É uma área aberta, os

tratores estão trabalhando e, pior de tudo, entre o Parque Sapompemba e o da Conquista passa um córrego. Com a intervenção do parque mais as obras – são as obras da Dersa com a extensão da Jacu-Pessego – o rio está sendo assoreado e as casas em volta estão sofrendo com as enchentes.

Nesse sentido, peço que se entre em contato com a Dersa ou com o responsável pela obra do Sapopemba para tomar as providências com o rio. Não se pode fazer um parque e matar o rio. É isso que está acontecendo lá.

Entre os dois parques há um rio. Infelizmente, o rio está sendo assoreado e está enchendo as casas, e também matando o próprio rio.

Além disso, há a descarga de entulho, no Vila Bela, no leito do rio. E a Subprefeitura – aproveito a presença do representante – até agora nada fez. Por diversas vezes, falamos com o Subprefeito, com o anterior, e nenhuma providência foi tomada.

Então, gostaríamos aqui, de público, pedir para que fossem tomadas providências para que não continuassem colocando entulho no rio e que fosse tomada providência quanto ao Rio Cabuçu. Daqui a pouco tem um parque e morreu, morreu.

É importante falar que esse recurso de 5 milhões, no primeiro ofício que mandamos à Secretaria estava em torno de 3 milhões, aumentou para 5 milhões, mas eu acho que deve ter tido alteração do projeto, é isso?

A SRA. _____ - O que acontece é o seguinte: como a gente não tem a questão da escala, fazer o parque com um material sustentável custa mais do que fazer com um material tradicional. Houve uma diferença grande no projeto, acho que essa que você se refere, por conta da especificação dos materiais sustentáveis que ainda não tem escala no mercado como os outros materiais. Por outro lado, é uma questão até pedagógica no sentido de mostrar exemplos concretos desse material para a gente ter uma possibilidade de expansão e ampliação de uso, e dessa forma, diminuição de preço.

O SR. ARNALDO - Está certo. Está justificado. A sociedade e a comunidade vêm

pedindo é que quando for feita a licitação que se indique uma comissão da comunidade para acompanhamento.

Eu sei que os órgãos públicos têm fiscalização, o Ministério Público está aí também, mas a sociedade quer participar porque infelizmente muitas obras são orçadas, é feita a licitação, mas o projeto, quando é feito - nós temos um exemplo em Vila Carrão de uma praça que é do Verde e Meio Ambiente ao lado de uma pré-escola, uma EMEI, fica perto da Rua Hiran Leite de Abreu - foi feito um projeto e pago um valor absurdo. A empresa faliu, foi embora e deixou a obra no meio do caminho.

Hoje os marginais estão lá tomando conta. Virou um fumódromo. O mato tomando conta. Só não está pior porque a comunidade vai à Subprefeitura e o Subprefeito tem nos atendido e tem mandado, a cada 2 ou 3 meses, aparar o mato.

A Subprefeitura tem nos ajudado e é uma área do Verde. Ele tinha de tomar conta e não está tomando.

A SRA. _____ - Desculpe, Arnaldo. É o seguinte: tem algumas praças que a Secretaria do Verde construiu, mas a manutenção e gestão das praças é uma atribuição das Subprefeituras, independente da Secretaria do Verde ter podido fazer essa praça.

O SR. ARNALDO – Estamos queixando não é fazer a praça, o problema é que o dinheiro público foi investido, foi pago para a empreiteira e ela não concluiu a praça. Não queremos que aconteça isso com a Nebulosa. Queremos participar e que a comunidade acompanhe.

Além do Movimento Unificado de São Mateus, há a Luci, da *Gazeta de São Mateus*, que sempre tem nos apoiado; tem o Vicente, que é do esporte. A manutenção dos campos foi uma prioridade nossa porque ali há uma escolinha e normalmente, em torno de 400 crianças estão todos os dias ali. Na escolinha, elas estão longe do crime.

Temos de entender que todos os projetos tem de ter integração. O Verde é

importante? É, mas tem de ter outras integrações.

Outra preocupação é a desapropriação daquela área linear ao parque que neste momento não está previsto, mas já estamos sabendo que futuramente pode estar.

Aquela região não é invasão. Foi grilagem, loteamento irregular e as pessoas pagaram para estar ali. Tanto que as casas são todas de alvenaria. A Prefeitura e os órgãos públicos asfaltaram e fizeram a infraestrutura. Quando a pessoa vier aqui, tem de tomar esse cuidado.

Não é uma área de invasão. Se precisar ampliar o parque – é o que todos queremos -, tem de ser devidamente compensado, ou melhor, fazer habitações, colocar as pessoas no lugar, para depois fazer a desapropriação. Não como é feito hoje que se põe a pessoa no aluguel social e a pessoa não tem como comprar nada. E vai para onde? Novas favelas e novas invasões, ou seja, é o cachorro correndo atrás do rabo, não vai funcionar.

Agradeço a comunidade toda de São Mateus que veio prestigiar; todos os Srs. Vereadores Paulo Frange, Juscelino, Floriano Pesaro; Ministério Público.

É importante, nós provocamos uma reunião para discutir o parque linear Nebulosas e discutimos toda São Mateus, Meio Ambiente, Habitação. Isso é importante. Esta Casa, graças a Deus, não posso esquecer do Vereador Gilson Barreto que é de São Mateus e está do nosso lado, e agradeço a esta Casa, ao Vereador Paulo Frange pela abertura que deu a nossa comunidade.

Muito obrigado.

O SR. ALFREDINHO – Arnaldo, não vi o projeto dos cobradores e vou votar contra. Sou favorável aos cobradores.

O SR. ARNALDO – É muito importante a sua posição, Vereador. Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Não havendo mais nada, nem inscrito, peço a Secretaria do Verde que procedesse conosco da seguinte forma para colaborar. Pregamos muito que nós, representantes da população da cidade de São Paulo, temos de ser os

primeiros a saber das últimas.

Lamentavelmente, a gente só fica sabendo pela imprensa daquilo que já foi noticiado há dias internamente no Poder Público.

Esse assunto é muito importante para a Comissão de Política Urbana porque é sempre provocada pela sociedade, pois é de lá que vem exatamente essa cobrança.

No decorrer desse processo, as ações que forem tomadas nesse parque que envolvam início de obras ou alguma situação de movimentação efetiva, agora está em Siurb, a gente fica naquela situação de alguém congelar alguma coisa no meio do caminho, não pode congelar mais, o dinheiro está aí. Informe a Comissão de Política Urbana – seja eu ou não o Presidente ano que vem – naturalmente já enviamos cópia para os membros da Comissão e muitas vezes para os interessados que temos os e-mails.

Solicito à assessoria que fique atenta a essas informações para informar a todos aqueles que tem interesse nesse local.

Tem a palavra o nobre Vereador Juscelino Gadelha.

O SR. JUSCELINO GADELHA – Vou sugerir à assessoria que faça um requerimento assinado por todos os membros da Comissão de Política Urbana para pedirmos à Siurb informações sobre a licitação do Parque Nebulosa. É uma forma de pressionarmos.

Peço aos membros da Comissão que assinem para cobrarmos e tendo a posição deles, informaremos a vocês e à sociedade civil organizada. Precisamos dessas informações o mais rápido possível porque o trabalho desenvolvido, o tempo que tomou, está tudo pronto, e não sai de lá, não depende mais de você, depende do outro. O outro também tem muita coisa para fazer e não sabe qual a pilha que pega. Então, vamos tentar tirar da pilha e por para cima. Vamos fazer isso, Helena.

A SRA. _____ - O Secretário Chammas se posicionou numa troca de e-mails dar prioridade para a Siurb nesse parque em função dos créditos de carbono e dos compromissos que...

O SR. JUSCELINO GADELHA – Vamos tentar oficializar na Comissão. A pedido de todos os membros da Comissão, todos vão assinar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Agradeço a presença do Sr. Washington, representante do Ministério Público, e que também da mesma forma tendo informações que possam contribuir com a comissão no sentido das ações da comissão eventualmente até de proposições legislativas, terei o maior carinho em recebê-los e também até visitá-los para estreitarmos essa relação.

Tem a palavra o nobre Vereador Juscelino Gadelha.

O SR. JUSCELINO GADELHA – Poderíamos marcar da Comissão ir até lá para tomarmos um cafezinho e conversarmos no Ministério Público. Temos várias preocupações em comum.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Dr. Washington, se a gente não resolver nada, pelo menos socializamos a nossa angústia.

Quero encerrar agradecendo a presença de todos da comunidade de São Mateus e todos aqueles que estiveram conosco nesta manhã.

Bom dia.

